

Roteiro inicial para o Grupo Parlamentar sobre os Direitos das Mulheres e Meninas Indígenas

Liderança Parlamentar de Mulheres Indígenas nas Américas:

Fortalecendo Direitos, Representação e Ação Coletiva

Terça-feira, 19 de maio de 2026 | Ottawa, Canadá

Nós, parlamentares mulheres das Américas e do Caribe comprometidas com a promoção dos direitos das mulheres indígenas, reunimo-nos em Ottawa por ocasião da Assembleia Plenária do ParlAmericas para coordenar ações conjuntas em apoio à liderança e participação das mulheres indígenas na vida democrática.

Reconhecemos que as mulheres e meninas indígenas continuam a enfrentar formas interseccionais de discriminação que limitam sua participação plena e efetiva na vida política e pública, e que o fortalecimento de sua representação e liderança é essencial para promover a governança inclusiva, a igualdade e o respeito aos direitos coletivos.

Ao longo de nossas trocas, compartilhamos experiências de diversos contextos nacionais e institucionais relacionados às maneiras pelas quais as mulheres indígenas líderes moldaram positivamente nossas sociedades, os desafios que continuam a impedir a participação política formal e o papel dos parlamentos na promoção dos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. Essas discussões ressaltaram a importância de nosso diálogo contínuo, cooperação e ação coletiva.

Para alcançar esses objetivos, estabelecemos o Grupo Parlamentar sobre os Direitos das Mulheres e Meninas Indígenas como um grupo de trabalho no âmbito da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero do ParlAmericas (RPIG). O grupo funcionará como um espaço para colaboração, troca e engajamento parlamentar em todo o hemisfério, guiado pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) e pela Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI).¹

As seguintes prioridades compartilhadas, discutidas durante esta reunião, servirão de guia para nossos esforços coletivos iniciais:

- Promover a participação plena e efetiva das mulheres indígenas nos processos parlamentares e em todos os outros espaços públicos de tomada de decisão em assuntos que afetem seus direitos, em consonância com o direito à autodeterminação e garantindo o respeito às

¹ Tanto a [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#) (2007) quanto a [Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#) (2016) abordam questões-chave inter-relacionadas, tais como: autodeterminação e autonomia; participação na tomada de decisões; terra, territórios e recursos; desenvolvimento econômico e social; reconhecimento institucional e pluralismo jurídico; consentimento livre, prévio e informado; direitos culturais e identidade; igualdade e não discriminação; e implementação efetiva e prestação de contas.

instituições indígenas, aos sistemas de governança e às diversas vias de representação.

- Promover estruturas de governança que respeitem o direito ao consentimento livre, prévio e informado, e assegurar que as vozes das mulheres indígenas sejam incluídas de forma significativa nos processos legislativos e políticos que afetam suas comunidades e seus direitos relacionados a terras, territórios e recursos.
- Apoiar o reconhecimento e a promoção dos direitos econômicos, sociais, civis, políticos, culturais e espirituais das mulheres indígenas, incluindo seus direitos de manter e fortalecer suas identidades culturais, sistemas de conhecimento e modos de vida.
- Promover enfoques legislativos e políticos que abordem as múltiplas e interseccionais formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres indígenas, promovendo a equidade e a igualdade, a dignidade e a inclusão na vida pública e política.
- Incentivar a harmonização e o cumprimento dos marcos legislativos nacionais e das práticas parlamentares com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) e a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI), inclusive por meio de supervisão, diálogo e promoção da responsabilização na implementação e garantia dos direitos dos povos indígenas.

ANEXO: Informações sobre o Grupo Parlamentar sobre os Direitos das Mulheres e Meninas Indígenas

O Grupo Parlamentar sobre os Direitos das Mulheres e Meninas Indígenas será um espaço de colaboração interparlamentar no âmbito da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero. Seu trabalho será guiado pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) e pela Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADPI).

Objetivos propostos:

Os objetivos do Grupo Parlamentar se concentrarão em: (a) promover um diálogo político cooperativo para defender e proteger os direitos das mulheres e meninas indígenas em toda a sua diversidade; (b) fortalecer a participação política e a liderança das mulheres indígenas no parlamento e em outros espaços de tomada de decisão nas Américas e no Caribe; e (c) apoiar a implementação efetiva da DNUDPI e da DADPI por meio de sua harmonização na legislação nacional, da incidência legislativa, de alocações orçamentárias e da fiscalização, adotando perspectivas interseccionais, interculturais, de gênero e de direitos humanos em todos esses esforços.

Missão proposta:

Fortalecer a voz coletiva e a liderança das mulheres indígenas nas Américas e no Caribe, promovendo a cooperação e defendendo os direitos e o bem-estar das mulheres e meninas indígenas por meio do

diálogo interparlamentar e da implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas sob uma perspectiva legislativa.

Visão proposta:

Um hemisfério em que as mulheres indígenas participem plena e efetivamente na tomada de decisões parlamentares, moldem as leis e as políticas públicas que afetam seus povos e comunidades e promovam democracias inclusivas baseadas na autodeterminação, equidade, igualdade, dignidade, continuidade cultural e respeito aos direitos coletivos.